

# Combate à precariedade e valorização da carreira são prioridades

- Intervenção de **José Feliciano Costa**, Secretário-geral adjunto da FENPROF

Resolver o grave problema da falta de professores, que tende a agravar-se, passa por tornar atrativa a profissão docente, o que implica valorizar a carreira, e eliminar a precariedade.

A precariedade persiste hoje como um dos principais problemas vividos na profissão docente e, por isso, está – no centro da intervenção sindical consequente.

Mas a precariedade não se limita a criar problemas aos nela diretamente implicados: a precariedade dificulta a organização e o normal funcionamento das escolas e instituições e implica negativamente com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

É que, associados à incerteza quanto à continuidade do frágil vínculo laboral que caracteriza as relações contratuais precárias, estão – ou não fossem esses, precisamente, os efeitos dela pretendidos – os salários mais baixos, piores condições de trabalho e de horário, uma proteção social mais frágil ou mesmo inexistente e regimes de férias, faltas e licenças e de avaliação mais penalizadores, para citar alguns exemplos.

E, pior ainda do que isso, a precariedade, pelas subserviências que gera, constitui porta de entrada para abusos e ilegalidades diversas.

Indo beber à “moderna” e estafada ideia de que não há empregos para toda vida – como se fosse possível, com as específicas exigências que se colocam à profissão, ser-se professor sem o ser toda a vida –, a precariedade e a sua ilegal e imoral eternização, que arrasta também consigo o constante adiamento da concretização de projetos de organização pessoal, familiar e social a que os docentes e investigadores visados, como seres humanos, têm inalienável direito.

Este é o rosto cruel da precariedade e é responsável pelo abandono da profissão de milhares de profissionais. Dos contratos a termo aos recibos verdes, do ensino público ao privado, da educação pré-escolar ao ensino superior, do ensino profissional às AEC, não é possível esconder a dimensão da precariedade eliminar este flagelo devia ser um dos principais eixos de intervenção de qualquer governo. Mas não é.

As alterações efetuadas ao regime de concursos são insuficientes para resolver o problema da precariedade e geradoras de um conjunto enorme de injustiças.

Dos mais de 24 mil docentes com três ou mais anos de serviço opositores ao concurso externo de 2023/2024, vincularam 7982 docentes, número bastante inferior ao de vagas fixadas pelo Ministério de Educação.

Ficou comprovado que as condições impostas para através do concurso externo de vinculação dinâmica são inadequadas para a realidade dos docentes.

De fora da vinculação ficaram mais de 15 mil docentes com três ou mais anos de serviço, dos quais perto de 7 mil têm 10 ou mais anos de serviço.

Também a valorização da carreira docente é prioritária e a contagem do tempo congelado é elemento central de respeito e reconhecimento pela profissão e por quem a exerce. São em número crescente as vozes na sociedade que reclamam esta medida.

Contudo, mais importante que qualquer outra voz, são as vozes dos professores que trabalharam aqueles dias e a da opinião pública que tem a percepção da justiça da consideração desse trabalho.

Não sendo os 6 anos, 6 meses e 23 dias a única perda de tempo de serviço que prejudica os professores ela é, no entanto, a mais significativa e a que é percebida, compreensivelmente, como a maior afronta à condição docente.

Traduz-se na subversão do que a lei estabelece para a carreira que assim surge rebaixada, obstaculizando o acesso ao topo para a maioria dos docentes, independentemente do seu desempenho.

É por isto que lutam os professores

Pela garantia dos recursos indispensáveis para que uma efetiva educação inclusiva seja realidade nas escolas.

Pelo financiamento público adequado da Educação, que deverá atingir os 6% do PIB.

Por tudo isto, os professores têm lutado e continuarão a lutar, porque querem a resolução dos problemas que afetam as escolas e a sua profissão.

Os professores não abdicam de uma Escola Pública de qualidade para todos os seus alunos.

Continuarão a lutar pela Escola Pública de Abril, esse é o propósito e dele não desistimos

Viva o XV Congresso

Vivam os professores

Viva a Luta organizada dos trabalhadores